



**"Quem disser
o contrário
está
mentindo"**

Wilza Carla pergunta: "Por que não duvidaram da minha maternidade quando Paola nasceu, e só agora, quando estou em pleno processo de divórcio?" Ela é mais uma envolvida numa trama muito complicada, em que é acusada de ter comprado a filha por 200 mil cruzeiros, há dois anos.



Envolvida no escândalo de venda de crianças em São Paulo através de uma quadrilha que as levaria para o exterior, a famosa atriz se defende

WILZA CARLA

'ESTA FILHA É MINHA'

Reportagem de Júlio Bartolo

Fotos de José Bosco

ENVOLVIDA numa trama em que é acusada de ter comprado a sua filha, hoje com dois anos e meio, por Cr\$ 20 mil no Amparo Maternal, em São Paulo, a atriz Wilza Carla nega qualquer veracidade revida, ameaçando matar quem se aproxima de Paola Bezerra com a intenção de seqüestrá-la.

"Minha filha nasceu de parto normal no dia de setembro de 1980 — responde Wilza, em sua casa em São Paulo. — Quem disser o contrário está mentindo e eu não vou deixar coisa assim."

Dizendo que a mistura de sangue siciliano, calabrês e português de Trás-os-Montes lhe dá direito de ser mal-educada com quem a ataca Wilza Carla pergunta:

— "Por que não duvidaram da minha maternidade quando ela nasceu, e só agora, quando estou em pleno processo de divórcio? A pergunta fica no ar e Dinho, o seu secretário, não consegue achar o álbum de Paola recém-nascida, onde existem fotos do primeiro banho, do primeiro sorriso. Wilza, nervosa, também não recorda o nome da casa de saúde onde teve a criança, nem o nome do médico, nada.

"Eu estava sentindo dores horríveis e não fui para o Albert Einstein, onde o Sílvio Santos reservara quarto, tudo direitinho, porque não queria que os fotógrafos documentassem o meu parto. Por isso fui para outro lugar que não me lembro agora."

O escândalo da compra de bebês chegou ao noticiário em fevereiro último, quando o dentista José Fonseca de Oliveira publicou nos classificados do *Estado de São Paulo* o seguinte anúncio: "*Sou fofinho, branquinho e tenho 18 dias.*" Seguiu-se o telefone do seu consultório. Despertado pelo estranho anúncio, o delegado Guaracy Moreira, da 4.ª Delegacia da Divisão de Investigações Gerais do DEIC, deslocou os investigadores Isabel e Osmar, por coincidência casados, para averiguar o caso. Após os primeiros contatos telefônicos, Isabel e Osmar se encontraram com o dentista José Fonseca de Oliveira, que disse tratar-se de uma criança recém-nascida, menino, que estava à venda por 500 mil cruzeiros. Ele explicou, ainda, que a quantia destinava-se a cobrir as despesas com os exames pré-natais e com o parto da mãe. Quando a criança apareceu, José Fonseca foi intimado e encaminhado ao DEIC, onde o seu processo, na semana passada, foi encaminhado à Justiça.

SEGU



PELA lei, não existe crime em vender uma criança. O Código Penal é omissivo no caso. Fala apenas, em seu artigo 131, do tráfico de mulheres. Como é uma lei de 1942, o delegado Guaracy Moreira acredita que, por analogia, o juiz poderá julgar o dentista culpado e atribuir-lhe pena de prisão. Investindo no caso pelo forte apelo popular, programas policiais do rádio e da tevê apresentaram o dentista sob todos os ângulos possíveis, ora parecendo uma pessoa humanitária, que teria ajudado uma mãe-solteira — Edite Freitas dos Santos — em dificuldades financeiras, ou então como um crápula que se aproveitou da situação para ganhar 300 mil cruzeiros, dando para a mãe o restante do dinheiro apurado. Com este prato feito, o dentista foi retratado de alto a baixo e descobriram-se fatos interessantes. Era separado da mulher, tinha três filhos e vivia com Maria Luíza Belezzi, uma ex-interna do Amparo Maternal, como Edite. Maria Luíza, atendida pelo dentista quando ainda estava grávida, acabou tendo um caso com ele e "juntaram os trapinhos". A criança, logo após o nascimento, foi conduzida ao Juizado de Menores pelo Amparo Maternal, pois Maria Luíza não a queria. Mais tarde, sabendo que Edite iria ter outro filho, Maria Luíza compareceu ao Amparo Maternal e saiu de lá com a amiga e a criança, assinando um compromisso que teria um lugar para abrigar a companheira. A criança, dias depois, estaria nos assisficados, ao lado da oferta de geladeiras usadas e cães de raça.

O delegado acite até ajuda da Interpol

Fonseca, Edite e Maria Luíza encerrariam o triângulo da venda de uma criança, se a briga pela audiência matinal dos programas de rádio que fazem a venda pelas delegacias, procura de casos escabrosos para alimentar o ócio dos ouvintes, não deslocasse as atenções para o Amparo Maternal. Logo surgiu uma acusação contra a direção daquela instituição, mantida pela Cúria Metropolitana, e que dá assistência à mãe-solteira, informando que ali se vendiam crianças. Odalécia Maciel Martins, dona de um orfanato particular, entra em cena, fazendo o papel de acusadora, para o deleite dos locutores. No primeiro dia ela acusou Irmã Rosina, diretora do serviço social

do Amparo Maternal e da ordem de São Vicente de Paula de Gyzezem e prima do dentista José Fonseca. Mas no segundo, numa rádio concorrente, ela desmentiu tudo. Ao mesmo tempo, Odalécia negava ter assinado um papel onde declarara que a atriz Wilza Carla havia comprado uma menina recém-nascida por Cr\$ 200 mil, da mesma Irmã Rosina. Enquanto a polícia não entrou no caso, toda a fofoca montada pelo rádio garantia elevados índices de audiência. Com uma estratégia elementar da pré-história do jornalismo: *acusar sempre, esclarecer jamais*. Com isso, o caso do dentista ficou esquecido, no momento exato em que o processo chegava à Justiça. Afinal, o que significava a venda de um só bebê, quando uma verdadeira máfia estaria envolvida nesse comércio? Para o delegado Guaracy Moreira, as investigações prosseguem, baseadas em informações fornecidas, também, pelos meios de comunicação. Já se fala que crianças brasileiras estão indo para Amsterdã e Bruxelas, de onde são distribuídas para toda a Europa. E o delegado admite até pedir a ajuda da Interpol para investigar o paradeiro dos menores. Irmã Rosina — Maria Aparecida Azevedo — trabalha há nove anos no Amparo Maternal, onde no momento são assistidas 90 gestantes. A cada dia, a média de nascimento é de 25 a 30 crianças. Desse total, apenas dois bebês estão no berçário, aguardando decisão do Juizado de Menores para o encaminhamento a famílias interessadas em adotar uma criança.

"Todas essas acusações não têm a menor procedência" — diz Irmã Rosina, repetindo o depoimento que dera na véspera para o delegado Guaracy Moreira. "Estão procurando envolver o nome da instituição baseando-se em depoimentos de pessoas que, de uma forma ou de outra, demonstram que não gostam do que fazemos aqui. O dentista em questão, José Fonseca de Oliveira, prestou serviços à casa e foi nessa época, pelo telefone, que fiquei sabendo tratar-se de um primo meu. Foi nesse período que esse senhor manteve um romance com uma de nossas internas, a Maria Luíza Belezzi, com quem vive até hoje. Quando a Edite saiu daqui com o menino, em companhia de Maria Luíza, não imaginava que fosse para viver na mesma casa. Nosso trabalho é sério e as sete Varas de Menores de São Paulo fiscalizam cada adoção, porque a procura é muito grande por parte de casais que não têm filhos." Ao lado de Irmã Rosina, a presidente-executiva do Amparo

Maternal, Irmã Anita, diz que a Comissão de Justiça e Paz já constituiu advogado para esclarecer tudo, inclusive requerendo a apreensão de vídeo-tapes e gravações dos programas onde acusaram a casa de estar vendendo crianças. No seu depoimento à polícia, Irmã Rosina confirma que a atriz Wilza Carla, há pouco mais de dois anos, procurou o Amparo mostrando-se interessada em adotar uma criança, mas o seu pedido não foi adiante por ser desquitada. Quanto a Odalécia Maciel Martins e seu marido, João Martins, Irmã Rosina lembra que os dois trabalharam como voluntários no Amparo Maternal e que Odalécia saiu por problemas criados à instituição. Não quis dizer quais, preferindo mostrar as dependências do pavilhão principal onde, em 1982, ocorreram oito mil nascimentos. Além disso, cinco mil mães solteiras passaram no ano passado pelo albergue, sendo assistidas e amparadas pela obra mantida pelos governos estadual e municipal, e até pela Cúria Metropolitana.

47 dólares por cada criança, para Amsterdã

A testemunha de acusação, Odalécia Martins, não ficou só af. No seu depoimento no DEIC deixou claro que um grupo de holandeses, liderados por uma senhora de nome Nelly, teria lhe oferecido 47 dólares por criança que fosse levada para Amsterdã. Estaria af a verdade tão esperada, que comprovaria o tráfico de bebês para o exterior. A tal senhora Nelly era a responsável pelo Lar Jumbinho, que funciona no quilômetro 21 da antiga estrada que ligava São Paulo a Campinas, na periferia da cidade.

Diante de Célia Maria Souto Lameiretti, formada em administração de empresas e diretora-executiva do Lar Jumbinho, ficamos sabendo que a obra de amparo ao menor abandonado mantém 46 crianças e depende para o seu funcionamento de ajuda de voluntários, muitos da grande colônia holandesa de São Paulo. "Somos fiscalizados pela Secretaria de Promoção Social, e todas as crianças aqui são regularizadas junto ao Juizado de Menores. Não existe o mínimo fundamento quanto a essa questão de venda de bebês para o exterior." As palavras de Célia Maria saem com emoção, porque estamos na hora do almoço e é grande o número de crianças que procura o refeitório, passando

pela sala onde estamos. Nas dependências, divididas entre meninos e meninas, existem consultório dentário, rouparia e toda a infra-estrutura necessária ao funcionamento da entidade. São seis mil metros quadrados, com muitas árvores e play-ground para o lazer das crianças.

Pouco depois, chega a tal Dona Nelly, na verdade Nell Berini, de 70 anos, e uma das pessoas mais influentes da colônia holandesa em São Paulo. Com dificuldade para se expressar em português, ela repele toda e qualquer acusação contra o Lar Jumbinho. "Estamos aqui há nove anos e recebemos essa tarefa porque antigamente funcionava um orfanato em Pirituba cujas condições eram péssimas. Com a ajuda de amigos e de empresas sediadas em São Paulo e na Holanda, conseguimos adquirir este terreno e já temos uma creche para 50 crianças funcionando para o desenvolvimento da comunidade local desde setembro."

Quanto a Odalécia, D. Nell disse tê-la conhecido há três anos com o nome de mãe, dona de um orfanato em Pirituba por sérias dificuldades. O Lar Jumbinho ajudou-a em dinheiro (Cr\$ 20 mil, na época), forneceu local para que ela instalasse máquinas de costura, além de mantimentos para a manutenção das crianças sob a sua guarda.

"Ela nos dizia que o marido tinha doença de Chagas e não podia trabalhar. Depois de toda a ajuda que demos, notamos que as máquinas, mesmo depois do concerto, ficaram paradas e que ninguém trabalhava. Depois de duas semanas essa senhora sumiu com o equipamento e nunca mais voltou."

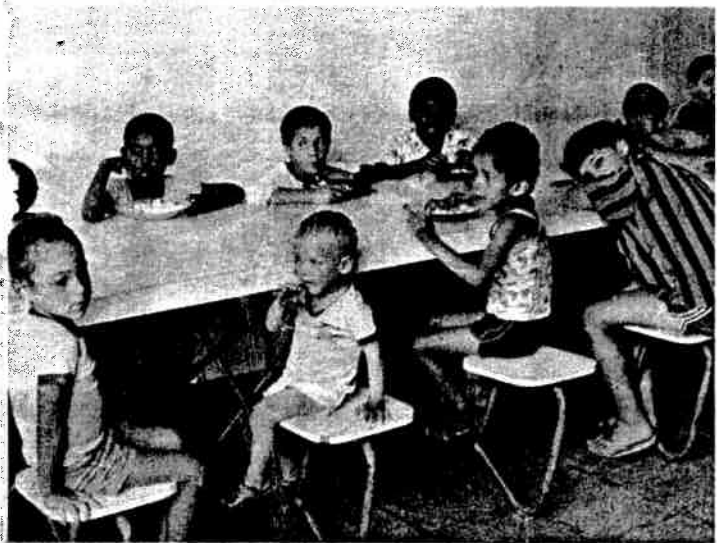
A tevê européia está se deslocando para cá

Há 32 anos no Brasil, Dona Nell sente-se revoltada com o envolvimento de seu nome e de outros diretores do Lar Jumbinho, em toda essa trama armada para atingir, segundo ela, não se sabe o quê. Até no cabeleireiro a abordaram, perguntando se ela era a tal holandesa que vendia crianças para o exterior.

"A notícia — diz Dona Nell — chegou até a Holanda e a Alemanha, através de telexes de agências noticiosas. Até a tevê holandesa está se deslocando para o Brasil para apurar esse caso. Tudo o que fazemos fica, de repente, mal visto por todos. Quem vai pagar essa desmoralização? Nosso advogado já está agindo para que toda



Célia Maria Soutto Lorenzetti, diretora-executiva do Lar Jumbinho, e Nell Berini, a Dona Nelly (alto). O berçário (acima) e o refeitório (abaixo) do Amparo Maternal, onde teria começado todo o drama, já digno de um romance policial.



verdade apareça e os culpados por essas mentiras compareçam à Justiça.

Para Décio Galassi, advogado do dentista José Fonseca de Oliveira, o seu cliente está salvo, porque não está mais sozinho no mercado de venda de crianças. Por coincidência, ele também é advogado do radialista que mais espinafrou o tal dentista pelo rádio e pela televisão. E foi no escritório do Doutor Décio que Odalécia Maciel Martins assinou a declaração onde surge o nome de Wilza Carla e de Irmã Rosina, a primeira como compradora e a segunda como vendedora de bebê.

“Não conheço Wilza Carla e não tenho nada com ela”

Segundo o advogado Décio Galassi, é uma vergonha que isto esteja acontecendo, pois “não podemos permitir a venda de crianças como se fossem uma mercadoria qualquer”. Em seguida, pergunta se gostamos de avião e nos convida para um passeio qualquer dia desses. O casal Odalécia e João Martins reside no bairro da Lapa, numa casa de dois andares, onde eles são chamados de mãe e pai pelas 32 crianças que residem com eles. Todos são filhos e existem mais 15, na cidade de Porto Ferreira, tocando a Cerâmica Artística Elizabeth, porque já têm mais de 13 anos e podem trabalhar. Em nada aparenta um orfanato, a casa de D. Odalécia e seu João. A chuva forte que caía no momento da entrevista revelava goteiras e vazamentos sérios e as condições de moradia são bem precárias para os menores ali residentes. De início, após o cafezinho tirado na hora, Odalécia desmente que tenha assinado qualquer declaração sobre a compra de uma criança por Wilza Carla.

“Não conheço Wilza Carla e não tenho nada com ela. É tudo mentira, pois o Dr. Décio Galassi me fez assinar um papel em branco, dizendo tratar-se de uma procuração para cuidar da nossa cerâmica, que teve pedida a sua falência por causa de uma dívida de 90 mil cruzeiros.” Dona Odalécia está com medo. Diz que pela manhã (no último sábado), uma moça clara de olhos azuis tocou a campainha da porta e teve tempo de dizer para uma de suas filhas que atendeu: — “Vim aqui dizer que vamos acabar com vocês.” A tarde, foi a vez de um rapaz alto, moreno e de voz grossa, que repetiu a mesma ameaça.

“Quando estava no DEIC, o advogado chegou a recomendar

para que eu dissesse que era mesmo verdade que a Irmã Rosina teria vendido a criança para Wilza Carla. Falava de um jeito esquisito, parecendo me ameaçar. Só posso dizer que existe alguém interessado em tomar a minha casa e é uma pessoa muito rica. A Comissão de Justiça e Paz já sabe de tudo.”

Odalécia tem as melhores referências da Dona Nell. “Ela me ajudou muito numa hora de muita necessidade, quando eu tinha um orfanato lá em Pirituba. De lá eu vim para esta casa.” Quanto à oferta de levar crianças para o exterior, Odalécia confirma, em parte. “A Dona Nell estava interessada em quatro das minhas crianças, entre um e dois anos, e falou, se eu quisesse, que me daria 47 dólares por cada uma para que eu as levasse para Amsterdã, de lá voltando com o atestado de óbito delas, para não criar problemas para mim.”

Tanto Odalécia quanto seu marido, que aliás goza de perfeita saúde, não têm a mínima ideia de quanto vale 47 dólares, ao câmbio de hoje, quase 20 mil cruzeiros. Pensam tratar-se de uma alta quantia. Há 23 anos casados, desde o início cuidam de crianças, quando ainda moravam em Uberaba, Minas Gerais. Têm uma despesa mensal de 500 mil cruzeiros, mas faturam até um milhão vendendo as louças fabricadas em Porto Ferreira com o trabalho de seus filhos. Acontece que têm uma dívida acumulada na praça de cerca de três milhões e por isso estão passando por dificuldades financeiras.

Sobre uma possível lista de nomes e endereços que formariam uma rede de pessoas envolvidas no tráfico de crianças para o exterior, e que ela, Odalécia, teria fornecido a um radialista, a própria responde: “Me pediram nomes e endereços de orfanatos e pessoas que cuidavam de menores em São Paulo. Eu não sabia que iam usar essa lista dizendo que todos são comerciantes de menores abandonados. É tudo mentira. Ali estão nomes de quem me ajudou em São Paulo, gente boa que só quer o bem dos outros.” De acusadora a acusada, Odalécia promete revidar com ajuda de muitos de seus filhos, hoje advogados, engenheiros e até militares de carreira.

“Já cuidei de mais de 500 crianças em toda a minha vida e não vou deixar que acabem com o meu trabalho. Faça isso por amor e não tenho lucro pessoal nenhum.”

Diante de tantas verdades e tantas mentiras, agora caberá à polícia entender e resolver este caso onde todos são inocentes.

Até que se prove o contrário. ■